

TENTAR ESCONDER A VERDADE
PODE FAZER COM QUE ELA ECOE MAIS ALTO.

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | Nº 68 - AGOSTO 2026

CENSURA
CONTROLE
SILÊNCIO
MEDO

PENSAR

BUSCAR

COMPARTILHAR

QUESTIONAR

LIBERDADE

NARRATIVA
OFICIAL

MENTIRAS
REPETIDAS
VIRAM
VERDADE

O ESCUDO DO SILENCIO

A LUZ DA VERDADE NÃO PRECISA DE
PERMISSÃO PARA BRILHAR.

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Edson Araujo
Danielly Jesus
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. V – Nº 69
Agosto de 2026
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

O escudo do silêncio



Nos dias 3 e 4 de junho de 1989, o regime chinês reprimiu protestos que pediam a democratização daquele país de forma violenta. O episódio ficou conhecido com Massacre da Praça da Paz Celestial e expôs a face nefasta que a ditadura chinesa não gostaria que o povo sob seu nefasto poder conhecesse.

O massacre foi encoberto pelo regime, apagando dos registros oficiais, impedindo a veiculação pela mídia, que é alinhada ao regime, e buscas sobre o tema em fontes descentralizadas. O episódio recheado de um autoritarismo desproporcional que servira apenas para os déspotas se manterem no poder, tornou-se um tema cujo regime lutaria para apagar da história, impondo a censura a qualquer um que tentasse tocar no assunto.

A única forma encontrada pela ditadura comunista para tratar do massacre foi a imposição do silêncio, entretanto, tentar ofuscar um algo por meio da força pode gerar o efeito oposto.

Em 2010, a cantora Bárbara Streisand, ao ter sua mansão em Malibu exposta através de imagens foto, processou o fotógrafo com o fim de apagar tal publicação, entretanto, o processo surtiu efeito contrário ao pretendido pela atriz, posto que, devido à sua insistência em ocultar a mansão, as buscas se tornaram cada vez mais constantes e o interesse pela mansão crescia.

A tentativa de encobrir gerou a curiosidade a respeito do tema, nasceu assim o termo Efeito Streisand, um conceito que sustenta um ponto muito relevante, em especial, em se tratando da internet.

Leandro Costa

O Efeito Streisand aponta que os esforços para encobrir algo podem gerar o efeito oposto, fazendo com que as pessoas se interessem por determinado tema, justamente, por perceberem que outro deseja o encobrir.

Mesmo quando tratamos de crianças, o senso comum é que a tentativa de esconder algo aguça a curiosidade, portanto, ao dizer a uma criança que ela não pode ver algo, nascerá o risco que ela desperte um interesse, antes inexistente, por aquilo que lhe fora proibido.

Os avisos de advertência quanta à idade fizeram com que álbuns de músicas, filmes e jogos de videogame fizessem mais sucesso que o esperado. A franquia Mortal Kombat deve parte do seu sucesso às medidas adotadas para impedir que crianças tivessem acesso ao extremamente violento jogo.

O regime chinês criou inúmeras barreiras para tentar controlar aquilo que povo, refém do Partido Comunista, pode ou não saber, entretanto, o uso de sistemas que visam burlar tão controle tornou-se algo considerável naquele país. Evidente que há repressão aos que usam tais mecanismos.

A Rússia, sujeita a um regime autocrata, também criou barreiras para que os cidadãos não pudessem trocar informações livremente. Algumas plataformas estão proibidas nas terras sobre o julgo de Vladimir Putin.

A Internet permitiu que os indivíduos trocassem informações diretamente entre si, não mais dependendo da mídia mainstream, em sua maioria controladas por governos ou corporação.

A descentralização da informação fez com que seus emissários experimentassem algo que não podia imaginar, o contraditório, antes reduzido aos debates e tribunais passou a ser exercidos no campo da informação, posto que, às narrativas passaram a ser contestadas e argumentos, antes apresentados como irrefutáveis, tiveram de se provar sólidos ou seriam arrastados para a lixeira das falácias.

O nazismo de direita foi desmentido e o aquecimento global se tornou mudanças climáticas, em breve, admitirão o socialismo africano como verdadeira causa da miséria naquele continente, mas até lá, restará a tentativa de silenciar as vozes que apontam as mentiras, seja pela censura ou pelo controle de quem pode ou não falar, exigindo que comunicadores sejam reduzidos a agentes de relações públicas do regime.

A China exigiu a especialização e cadastramento para produtores de conteúdo, ao passo que, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal, que já sufocou os outros poderes da República, pensa em rever a sua decisão que permite, com razão, que qualquer um, independente de formação em jornalismo, possa exercer

Leandro Costa

a função de comunicador, impedindo que aqueles rotulados como “blogueiros” gozem de determinadas proteções dadas aos profissionais de comunicação.

Se consideramos que o jornalista Alan dos Santos, apesar de sua formação, é tratado como blogueiro, com o fim de desmerecê-lo e subtrair-lhe as prerrogativas da profissão, resta evidente que só haverá respaldo para a mídia mainstream, aliada ao sistema de poder, portanto, voltaríamos à confortável situação, para alguns, em que a informação estava sobre o controle dos poderosos.

Durante o período da pandemia, quando o Covid Zé espalhava, um verdadeiro conluio entre governos, indústria farmacêutica, mídia mainstream, cientistas e gestores de plataformas digitais atuou para calar quem sugerisse tratamento precoce ou alternativo, criticasse as medidas autoritárias, bem como, questionasse aquilo que decidiram chamar de vacinas.

No Brasil, a mídia ainda evita tocar no assunto, embora os “erros” tenham sido expostos.

Evitando assumir o mal que fizeram ou colaboraram para que outros fizessem, a mídia mainstream ainda busca silenciar o tema como quem usa um escudo.

Honestamente, as medidas autoritárias para calar os que questionavam fez com que alguns desconfiassem ainda mais de tais medidas.

Recentemente, a Justiça proibiu que um homem condenado por agressão doméstica desse uma entrevista, alegando que ele não deveria falar sobre a vítima e a filha dela, entretanto, a proibição veio de forma preventiva, sem saber o conteúdo do que seria dito. A censura, impede que o tema seja discutido, gerando uma pergunta, mais que natural, sobre a real intenção do Judiciário.

Estaria o Judiciário impedindo o debate para não dar voz ao criminoso ou para que sua face ativista, feminista, que considera homens como cidadãos de segunda classe não fosse exposta?

Embora não deveria acontecer, tornou-se comum que reportagens sejam alvos de censura ou apagamento. Desde a matéria jornalística da Revista Isto É, O amigo do amigo do meu pai, que foi retirada de circulação por ordem judicial, surgiu a proibição de falar, mesmo que seja verdade, dos senhores da República e, em um segundo momento, extinguiu-se o sigilo da fonte, para que, apenas um louco, alguém que nada tem a perder ou esteja em estado terminal forneça informações a jornalistas.

Além de tais medidas, a suspensão de plataformas de redes sociais, como o Discord, sofrem bloqueio.

Leandro Costa

A mentira precisa impedir que os outros tenham acesso a verdade, pois só a ignorância manterá sua narrativa incontestável. Incomoda ver que as pessoas migram do Jornal Nacional, aliado do regime, para produtores de conteúdo independentes que não combinam narrativas com os poderosos, mas é natural que as pessoas abandonem aqueles que mentem até em quadrinhos para procurar fontes confiáveis.

O escudo do silêncio quebrar-se-á e as consequências chegaram de forma inevitável aos déspotas que insistem em calar aqueles que ousam desmenti-los.

Nossos sinceros cumprimentos aos corajosos que insistem em dizer a verdade e não venderam sua alma ao mal. Parabéns aos comunicadores independentes e descentralizados, você são heróis.

Leiam: [Miséria em metástase](#)



Setembro

A verdade que liberta



Setembro chega como um chamado inadiável. Não é apenas mais um mês no calendário político; é o mês em que o país precisa encarar, com firmeza, uma verdade que já não pode ser empurrada para debaixo do tapete. As eleições se aproximam. E começa a surgir novamente a fomentação da divisão da sociedade

As chamadas minorias não pertencem automaticamente a nenhum lado político. Não são propriedades ideológica, não são instrumentos de narrativa, não são identidades capturadas por discursos prontos. São cidadãos plenos, conscientes, diversos, dignos e absolutamente capazes de decidir seus caminhos sem tutela de ninguém.

Por muito tempo, tentaram impor ao Brasil a ideia de que determinados grupos estariam inevitavelmente alinhados a uma única visão política. Tentaram reduzir trabalhadores, famílias mais pobres, pessoas negras, mulheres, idosos, jovens e tantos outros a categorias fixas, como se a pluralidade humana pudesse ser encaixada em moldes ideológicos. Como se suas histórias, suas lutas e suas conquistas fossem ferramentas de propaganda. Como se a vulnerabilidade fosse um troféu eleitoral a ser exibido em palanques.

Mas setembro chega para afirmar, com firmeza, que essa visão não se sustenta mais. Os brasileiros despertaram. E despertaram conscientes, atentos e indignados com a tentativa de aprisionar suas identidades dentro de fronteiras políticas que não representam suas vidas.

Assim como a sirene da madrugada revelou que nem todos acordam ao mesmo tempo, agora percebemos que muitos dos que eram tratados como massa silenciosa já estavam atentos há muito tempo. Eles enxergam o país com clareza. Eles percebem quando a verdade é distorcida. Eles sentem quando a

Juliette Oliveira

moral pública se fragiliza. Eles reconhecem quando suas histórias são usadas para justificar agendas que não refletem suas realidades.

E é justamente por isso que tantos dos chamados minoritários caminham para a direita: não por alienação, mas por lucidez. Não por manipulação, mas por consciência. Não por cegueira, mas por responsabilidade. O ser humano é pluralidade, e essa pluralidade não cabe em rótulos ideológicos. O trabalhador que acorda cedo quer segurança, respeito, liberdade e oportunidades reais. A mãe que sustenta sua casa quer proteção para seus filhos e estabilidade para sua família. O idoso que carrega a memória do país quer dignidade e respeito. O jovem que busca futuro quer liberdade para construir sua história. A pessoa com deficiência quer autonomia e reconhecimento. E todos eles sabem que esses valores não pertencem a um lado político específico; pertencem à vida.

A direita não exclui. A direita não determina quem pertence ou não pertence. A direita não fecha portas. Ao contrário, ela afirma que cada indivíduo é livre para escolher seus valores, sua fé, sua visão de país. Ela reconhece que a dignidade humana é inegociável e que ninguém deve ser reduzido a categoria política. Ela entende que ordem, responsabilidade, família, fé, liberdade e segurança são princípios que servem a todos, independentemente de origem, identidade ou condição social. A direita não reivindica posse sobre ninguém; ela reivindica respeito à liberdade de cada um.

Setembro é o mês da consciência firme. É o mês em que os brasileiros levantam a cabeça e afirmam, com clareza, que não são propriedade de ninguém. É o mês em que o país precisa reconhecer que a pluralidade humana é maior do que qualquer narrativa ideológica. É o mês em que aqueles que sempre foram tratados como massa silenciosa mostram que têm voz e que essa voz não será sequestrada.

A Bíblia nos chama à vigilância: “Desperta, tu que dormes.” E quem desperta agora são justamente aqueles que mais sentiram os efeitos da desordem, da insegurança, da relativização da verdade e da corrosão moral que começa no jeitinho e termina em escândalos. Eles despertam porque sabem que o país que teremos em 2027 começa na coragem de romper com rótulos e assumir a própria consciência.

Os brasileiros não estão cegos por escolher a direita. Estão despertos. Estão atentos. Estão cansados de serem usados. Estão indignados com a manipulação. Estão prontos para defender valores que não mudam com o vento. Estão prontos para assumir a responsabilidade moral que muitos tentaram tirar deles.

Setembro é o mês em que o país finalmente entende que as chamadas minorias nunca foram minoria em consciência. E que, quando a sirene da verdade toca, são justamente esses os que se levantam primeiro.

Leiam: [ENTRE O ALERTA E A ESCOLHA](#)

O Estado Democrático de necessidade e seus deficientes



Diz-se que vivemos num estado democrático de direito, define-se Direito por: “Conjunto de regras, normas e princípios que organizam a sociedade”.

Num Estado democrático de direito, as leis devem servir para todos e a todos, inclusive os governantes que devem se submeter ao império das leis.

Até aí, tudo bem, pois numa sociedade ideal assim deve ser para a harmonia dos indivíduos.

O problema é quando troca-se a definição pelo conceito – O que é bem comum e facilmente manipulável - pois para manter a estrutura que garanta o direito, o próprio cidadão deve contribuir, muitas vezes com mais do que pode.

É bem comum ver membros da estrutura estatal que acabam tendo mais direitos que os próprios cidadãos.

Bem, o ponto fundamental do texto não está em apenas questionar o conceito, mas refletir sobre o lugar de cada um e de cada coisa.

Pela falta de objetividade na definição das coisas ficamos quase sempre com o conceito, basta ver a quantidade de pessoas que nem mesmo sabem definir Justiça, Política, Arte, Saúde e etc...

Conceito é o que a minha mente concebe que algo seja, ou o que eu acho que algo seja.

Definição é a descrição de algo, de forma que esse algo não se confunda com nenhuma outra coisa.

No conceito somos deficientes, já na Definição, somos eficientes.

O problema é que aí abre-se uma brecha para transformar necessidades em direitos;

Qual o problema disso? Necessidades são naturais e individuais e cada ser humano deve ser educado a suprir as suas, com seu próprio esforço, autonomia e liberdade (Palavras que parecem perigosas para alguns grupos).

Se transformamos necessidades em direitos, logo teremos que bancar uma estrutura que nos garanta as necessidades supridas, ou seja, ficamos nas mãos de um sistema que com sutileza nos tira a autonomia, esforço e liberdade; Isso nos parece comum? Penso que sim.

Façamos um exercício de imaginação, em que uma criança, à medida que vai crescendo vê a NECESSIDADE de ter autonomia para ir ao banheiro sozinha, comer, caminhar, vestir-se, comunicar-se, entre outras necessidades que sem esforço, autonomia e liberdade, nunca serão alcançadas e a medida que vai crescendo vê esse tripé cada vez mais fortalecido e dando-lhe condições de ficar INDEPENDENTE, até que a carência dos pais seja suprida e ela se torne um indivíduo saudável e capaz de seguir em frente dependendo apenas de si mesma enquanto indivíduo.

Porém, se seus pais (estado) fazem de suas necessidades apenas direitos, essa criança estará sempre dependente e alguém terá que bancar uma estrutura para mantê-la em sociedade, já que não consegue sequer suprir ela mesma sua necessidade, assim é um deficiente.

Este erro vemos várias famílias cometendo com seus membros. No campo sociopolítico, se cometido, cria-se uma sociedade de deficientes em que o estado deve então mantê-los, e como sempre, alguém paga pela estrutura que agora tornou-se necessária, já que os cidadãos não são indivíduos com sua devida autonomia, liberdade e por fim, independência.

Outro problema, maior ainda é quando aqueles que estão para garantir que sejam supridas as necessidades da sociedade, também foram formados com deficiência.- como está escrito nas escrituras : Como pode um cego, guiar outro cego? - por certo, cairão os dois num buraco, buraco esse que podemos chamar de ignorância, mãe da corrupção e todos os males.

Em resumo, quando nos colocamos em um estado em que até para ver suprir nossas necessidades precisamos de alguém ou de algo, como um cuidador ou uma muleta, então isso deixa claro que somos deficientes, pois é assim que os deficientes vivem.

Em síntese, quando colocamos nossa capacidade de suprir nossas necessidades nas mãos de quem quer que seja e não assumimos nosso protagonismo na vida, nos tornamos deficientes no básico e somos enganados pela zona de conforto, mas isso tem um preço muito alto: A dependência...

Uma vez dependentes, seremos escravizados no pior nível possível, que é o mental.

Edson Araujo

Este é o campo onde as ideologias tomam o controle do intelecto e nos torna incapazes de raciocinar sobre qual posição estamos e a que distância do ideal, ou seja, que somos nesse caso, deficientes...

Então o estado nos oferece uma “Solução”

Suprir nossas necessidades, e o preço? Nossa dignidade.

Como sempre, em meus textos, não tenho a intenção de propor nenhuma solução de cunho revolucionário, mas de levantar uma reflexão para que a partir de dentro possamos achar um caminho humano, que lembre ser a imagem e semelhança de Deus, que nos coloque novamente (Se um dia estivemos) no caminho da suficiência, e um bom começo será buscar conhecimento e cidadania.

Estudando o Fascismo

Parte 2 – A Marcha sobre Roma



Em 1922, após a Marcha sobre Roma, Benito Mussolini tomou o poder. Mas, que evento foi esse?

No Brasil, a imprensa e a ala progressista trataram os atos do 8 de janeiro uma tentativa de “golpe de estado”. Contudo, o verdadeiro golpe, sem armas mas com estratégia, ocorreu quando os fascistas foram às ruas após ampliarem sua ocupação no Parlamento.

A Itália vivia um caos após a Primeira Guerra Mundial: crise econômica severa, greves e ocupações de fábricas, medo das elites de uma Revolução (inspirada na Revolução Russa), governo fraco instável. Com sua ascensão política, os fascistas prometeram ordem e controle, e não poucas as vezes, utilizando-se de violência contra seus opositores.

Foi quando Mussolini criou os *Fasci Italiani di Combattimento*. Os “camisas negras” (*squadristi*) surgiram principalmente a partir de 1919–1920. Muitos eram ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, jovens, estudantes, trabalhadores e pessoas atraídas pelo discurso de nacionalismo e “combate ao socialismo”.

Eles usavam a camisa preta como símbolo e se organizavam em grupos chamados *squadre* (esquadrões). Sua principal função era combater fisicamente os adversários políticos do fascismo, ainda que estes também fossem de esquerda.

Danielly Jesus

Os métodos incluíam espancamentos, destruição de propriedades, ameaças, incêndios e assassinatos. Muitas vezes, obrigavam adversários a beber óleo de rícino como forma de humilhação e punição.

A violência dos camisas negras não era apenas espontânea. Ela ajudou a destruir a capacidade de organização dos adversários do fascismo, especialmente no campo e nas cidades do norte da Itália.

Devido à onda de violência, sindicatos foram dissolvidos e diversos prefeitos renunciaram. Em julho de 1921, Giovanni Giolitti, primeiro-ministro (o mesmo que convidou Mussolini para ingressar no Bloco Nacional), tentou, sem sucesso, dissolver os esquadrões. Em agosto, uma greve geral antifascista foi desencadeada, mas não conseguiu reunir o Partido do Povo Italiano (*Partito Popolare Italiano*, católico e anticomunista) e foi reprimida pelos fascistas.

Em várias regiões, autoridades locais, policiais, proprietários rurais e setores das elites toleravam ou apoiavam os fascistas, porque os viam como uma barreira contra o crescimento do socialismo durante o *Biennio Rosso*, ou Biênio Vermelho, período de dois anos (1919–1920) de intensos confrontos entre os fascistas e os intervencionistas.

Importante lembrar do que tratamos no primeiro artigo da série: Mussolini teve o socialismo como sua base política. Tanto que, em 1915, a fundação do Partido Revolucionário Fascista se posicionava contra o marxismo ortodoxo, mas era favorável ao socialismo.

Em 24 de outubro de 1922, durante reunião do Partido Fascista realizada em Nápoles, Benito Mussolini discursou diante de aproximadamente 60 mil pessoas e deixou explícita a ambição do movimento: assumir o controle do governo italiano. Paralelamente, os camisas negras ampliavam sua presença pelo país e consolidavam posições estratégicas, especialmente na região da planície do Pó.

Entre 27 e 31 de outubro de 1922, sob liderança de Michele Bianchi, Cesare Maria De Vecchi, Emilio De Bono e Italo Balbo, ocorreu a Marcha sobre Roma. Mussolini não participou diretamente do evento, ficando em Milão, pois temia uma intervenção repressiva do Exército.

Em 26 de outubro, o ex-primeiro-ministro Antonio Salandra comunicou ao então chefe de governo, Luigi Facta, que Mussolini exigia sua saída e estava preparando uma mobilização em direção à capital. Facta, porém, não teria percebido inicialmente a dimensão da ameaça e acreditava que ainda seria possível manter Mussolini dentro do sistema político.

Diante do avanço das forças fascistas e da concentração de militantes nos arredores de Roma, Facta decidiu decretar estado de sítio na capital. A medida dependia da aprovação do rei Víctor Emanuel III. Facta acreditava que o monarca apoiaria a iniciativa, sobretudo porque os dois já haviam

Danielly Jesus

discutido anteriormente a possibilidade de utilizar as forças do Estado contra a violência promovida pelos fascistas. O rei, entretanto, recusou-se a assinar a ordem.

Em 29 de outubro de 1922, o monarca convidou Mussolini para formar um novo governo. No dia seguinte, o líder fascista chegou a Roma, enquanto milhares de camisas negras permaneciam mobilizados na cidade.

A mobilização fascista representava uma ameaça significativa. Os *squadristi* já haviam conquistado posições importantes na planície do Pó e em outras regiões italianas. O temor de que uma tentativa de repressão pudesse desencadear uma guerra civil também contribuiu para a postura adotada pelo rei.

Mussolini, portanto, chegou ao cargo de primeiro-ministro por meio de uma nomeação formal do monarca, dentro das regras constitucionais vigentes. A transição, contudo, ocorreu em um cenário marcado pela pressão e pela intimidação exercidas pelos fascistas sobre as autoridades públicas.

Parte da elite econômica italiana acreditava que seria possível controlar ou limitar a atuação de Mussolini. Empresários e setores financeiros enxergavam com interesse suas primeiras posições favoráveis ao mercado e à redução da intervenção estatal na economia. Essa expectativa, entretanto, não se confirmou.

Ao chegar ao poder, a "revolução fascista" foi proclamada como um processo de "revolução contínua". Mussolini estabeleceu o início de uma “nova era”, inaugurando um novo calendário, assim como na Revolução Francesa, onde o ano de 1922 foi estabelecido como o "Ano I" da revolução.

Eis um trecho de seu primeiro discurso no cargo de primeiro-ministro, em 16 de novembro de 1922:

“Afirmo que a revolução tem seus direitos. Acrescentaria, para que todos saibam, que estou aqui para defender e fortalecer ao máximo a revolução das “camisas negras”, inserindo-a intimamente como força de desenvolvimento, progresso e equilíbrio na história da nação”.

Ao longo dos anos seguintes, Mussolini desenvolveu um modelo ditatorial que ampliou a interferência do Estado sobre a economia e a sociedade como um todo. Seus atos seguintes foram intimidação severa e violenta contra opositores, manipulação de eleições, aprovação de leis que aumentavam seu poder, além de censura à imprensa.

As empresas continuaram formalmente vinculadas à propriedade privada, mas passaram a operar dentro de uma estrutura cada vez mais subordinada ao Estado fascista e aos organismos controlados pelo regime. Em 1934, Mussolini chegou a afirmar que o governo havia assumido o

Danielly Jesus

controle de aproximadamente três quartos da economia italiana, abrangendo os setores industrial e agrícola.

Em 10 de junho de 1924, o deputado socialista Giacomo Matteotti foi sequestrado e assassinado por integrantes ligados ao fascismo. Matteotti havia denunciado no Parlamento a violência e as irregularidades associadas ao regime e se tornara um dos principais críticos de Mussolini. Seu assassinato provocou uma grave crise política e marcou uma etapa fundamental na transformação do governo fascista em uma ditadura aberta.

Continua.....

Leiam: [A problemática da perpetuação do assistencialismo](#)



O entortamento da Direita



Se no artigo anterior iniciamos perguntando ao leitor “Você é de direita ou de esquerda?”, neste convidamos você a observar os aspectos práticos daquela generalização na política nacional. Afinal, o que acontece quando correntes políticas distintas são colocadas no mesmo balaio e passam a ser tratadas como se fossem uma coisa só?

A pergunta não é meramente acadêmica. Ela se tornou particularmente atual diante das dificuldades que a direita brasileira encontra para construir unidade às vésperas de eleições decisivas. Há quem atribua o problema à vaidade de determinadas lideranças, à disputa por espaço ou à falta de habilidade política. É possível que haja um pouco de tudo isso. Mas talvez estejamos procurando a explicação no lugar errado. A direita não está desunida apenas porque seus líderes discordam. Ela está descobrindo que nunca foi tão uniforme quanto o rótulo fazia parecer. E isso nos leva de volta à história.

O balaio nunca foi homogêneo

É preciso desfazer, desde logo, uma impressão equivocada: não existiu uma “direita brasileira” monolítica nos anos 1960, assim como não existe hoje. Havia diferentes correntes, diferentes interesses e diferentes concepções sobre o Estado, a economia, o desenvolvimento, a ordem social e o papel das

Mauricio Motta

instituições. A UDN não era um partido composto por homens que pensavam exatamente da mesma maneira. Havia liberais, conservadores, desenvolvimentistas, nacionalistas e outras tendências que podiam convergir em determinadas circunstâncias e divergir em outras.

A diferença fundamental está em outro lugar. As diferenças eram mais visíveis e, sobretudo, mais intelectualmente identificáveis. Um político podia ser reconhecido como liberal ou conservador não apenas porque votava com determinado grupo, mas porque havia uma tradição de pensamento por trás de suas posições. Havia autores, escolas, conceitos, debates e referências. Havia uma linguagem política que permitia compreender por que dois homens pertencentes ao mesmo campo defendiam soluções diferentes. Isso produzia uma consequência importante: a divergência não significava necessariamente desorientação. Ela podia ser simplesmente divergência.

Lacerda não precisava ser Magalhães Pinto

Carlos Lacerda talvez seja o exemplo mais conhecido dessa geração. Jornalista, parlamentar, governador da Guanabara e extraordinário polemista, construiu sua carreira política sobre uma visão de mundo que não dependia de pesquisas de opinião para existir. Pode-se discordar de Lacerda. E certamente há muito sobre sua trajetória que pode e deve ser discutido. Mas é difícil imaginar sua atuação política sem considerar a formação intelectual que sustentava seus discursos, seus embates e suas escolhas.

José de Magalhães Pinto era diferente. Banqueiro, governador de Minas Gerais, ministro das Relações Exteriores e senador, representava outra vertente do campo conservador e liberal. Sua experiência administrativa e sua visão econômica não eram simplesmente uma cópia das ideias de Lacerda. E esse é precisamente o ponto. Lacerda não precisava ser Magalhães Pinto para que ambos fossem reconhecidos como homens de direita. A direita comportava diferenças porque essas diferenças possuíam conteúdo. Havia, portanto, um fenômeno que hoje parece cada vez mais raro: políticos do mesmo espectro podiam discordar profundamente sem que a divergência fosse imediatamente interpretada como traição. O adversário estava do outro lado, mas isso não eliminava o debate dentro do próprio campo.

O que se perdeu não foi a diversidade

Aqui está uma distinção que considero fundamental. Não é correto afirmar que o passado possuía uma direita homogênea e que a direita contemporânea se tornou fragmentada. A diversidade sempre existiu. O que mudou foi a forma de organizar essa diversidade. No passado, as diferenças tendiam a se apresentar por meio de correntes políticas e tradições intelectuais relativamente identificáveis. Hoje, com frequência, elas aparecem dentro de uma grande identidade coletiva chamada simplesmente de “direita”. Isso produz uma espécie de ilusão de unidade.

Até mesmo quando o grupo está diante de um adversário comum, as diferenças internas costumam aparecer. Apesar de a prioridade ser a derrota do inimigo, parece importar muito se o sujeito ao lado é

Mauricio Motta

liberal, conservador, nacionalista, libertário ou defensor de um Estado mais intervencionista. O palanque começa a parecer pequeno para tantos egos reunidos. O problema se aprofunda depois. Quando chega a hora de responder o que fazer com o Estado, com a economia, com a política externa, com a segurança pública, com as instituições e com os costumes, descobre-se que o palanque não era uma doutrina. Era apenas um palanque.

Da política de ideias à política de reação

É nesse ponto que a comparação entre as gerações se torna particularmente reveladora. Os políticos do passado também eram homens de comunicação. Lacerda jamais teria sido Lacerda sem a imprensa, os discursos e a capacidade de mobilizar a opinião pública. Mas havia uma diferença entre utilizar os meios de comunicação e depender deles para definir a própria agenda. O político daquela geração precisava construir uma posição que pudesse ser defendida para além do acontecimento do dia. Suas referências intelectuais precediam, em boa medida, a reação ao acontecimento.

Hoje o processo frequentemente se inverte. A notícia produz a reação. A reação produz a postagem. A postagem produz a contrarreação. E a política passa a girar em torno do próximo acontecimento. Não se trata de afirmar que os políticos contemporâneos sejam menos inteligentes. Essa não é a questão. A questão é que a política atual exige muito mais capacidade de reação do que de elaboração. Quem reage rapidamente ganha visibilidade. Quem provoca uma reação mobiliza sua base. Quem produz uma frase de efeito domina o ciclo de notícias. A profundidade, nesse ambiente, tornou-se uma mercadoria pouco competitiva. O resultado é uma política cada vez mais emocional, personalista e midiática. E, quando a emoção substitui a elaboração, o estofo desaparece.

O que significa ter estofo?

Estofo político não é erudição decorativa. Tampouco é ter uma coleção de diplomas. É possuir uma base intelectual que permita compreender a própria posição e, principalmente, suas consequências. Um político com estofo não precisa concordar com Burke, Hayek, Tocqueville ou qualquer outro autor apenas porque eles são referências do pensamento conservador. Mas deveria saber que tais autores existem, o que defenderam, em que contexto formularam suas ideias e por que suas concepções continuam ou não sendo relevantes. Mais importante ainda: deveria conseguir explicar sua posição sem depender exclusivamente daquilo que o adversário acabou de dizer.

Esse é um dos problemas da política contemporânea. Muitas vezes, a posição não nasce de uma concepção de mundo. Nasce da necessidade de responder ao outro. E isso vale para a esquerda e para a direita, embora a discussão aqui seja sobre o que aconteceu com esta última.

De Lacerda aos Bolsonaro

É nesse contexto que a comparação entre Lacerda e os Bolsonaro precisa ser compreendida. Não se trata de dizer que os políticos atuais sejam incapazes, nem de negar a importância eleitoral e cultural da nova direita. Ao contrário: seria impossível compreender a política brasileira contemporânea sem reconhecer a capacidade de mobilização que essa geração conquistou. Flávio Bolsonaro, Nikolas Ferreira, Carol de Toni, Cleitinho, Marcel van Hattem e outros representam parcelas importantes desse novo campo político. Alguns possuem maior consistência doutrinária que outros; alguns têm experiência parlamentar relevante; outros se destacam principalmente pela comunicação.

Mas há uma característica comum à nova política que não pode ser ignorada: a liderança frequentemente precede a doutrina. O político se torna conhecido, constrói sua audiência, reúne seguidores e somente então passa a ser cobrado por aquilo que pretende fazer com a força política que conquistou. No passado, em muitos casos, ocorria o contrário. A formação política precedia a liderança. Não se trata de romantizar o passado. Aquele período produziu erros graves, conflitos e decisões que continuam sendo objeto de controvérsia histórica. Mas é possível reconhecer uma qualidade sem transformar uma época em modelo absoluto: havia maior presença de referências intelectuais na formação das lideranças. O problema atual não é falta de opinião. É excesso de opinião sem suficiente elaboração.

Por que a direita não consegue simplesmente se unir?

Essa pergunta, hoje tão frequente, talvez esteja mal formulada. A questão não deveria ser apenas “por que a direita não se une?”, mas: “Até onde é possível unir correntes que concordam sobre o adversário, mas discordam sobre o que fazer depois de derrotá-lo?”. Durante determinado período, a oposição ao PT e à esquerda funcionou como elemento aglutinador. Foi compreensível e, em muitos aspectos, politicamente necessário. Mas existe uma diferença entre uma coalizão eleitoral e um projeto político. Uma coalizão pode ser construída em torno de um objetivo comum. Um projeto de país exige responder ao que vem depois. E é justamente aí que as diferenças reaparecem.

O liberal econômico pode desejar reduzir drasticamente o tamanho do Estado. O conservador pode aceitar um Estado mais forte para proteger determinadas instituições e valores. O nacionalista pode defender políticas industriais que o liberal considera intervencionismo. O libertário pode rejeitar medidas que outro conservador considera necessárias à preservação da ordem. Quem está certo? A pergunta não pode ser respondida pelo rótulo “direita”. É preciso voltar às ideias. E talvez seja justamente isso que tenha sido perdido.

O entortamento

O “entortamento” da direita não consiste, portanto, em ter surgido uma nova diversidade. Ela sempre existiu. Consiste em outra coisa: a substituição progressiva das tradições político-filosóficas por uma

Mauricio Motta

identidade política mais ampla, personalista e reativa. O rótulo passou a fazer parte da identidade antes que a identidade fosse necessariamente acompanhada por uma elaboração doutrinária correspondente. Isso explica parte da força da nova direita e, paradoxalmente, parte de sua fragilidade. Ela conseguiu reunir muita gente porque falou para muita gente. Mas reunir é mais fácil do que organizar. E organizar é mais fácil do que construir uma tradição intelectual.

Talvez por isso a direita brasileira esteja descobrindo, às portas de uma nova disputa eleitoral, que a tão desejada unidade possui limites bastante concretos. Não se pode exigir que todos os gatos do balaio miem da mesma maneira. O problema é outro. Se durante muito tempo todos foram tratados simplesmente como “gatos de direita”, talvez tenhamos deixado de perguntar que espécie de gato cada um era. E essa pergunta, que parece apenas engraçada, é essencialmente política. Porque uma direita intelectualmente madura não precisa eliminar suas diferenças para se fortalecer. Precisa conhecê-las. Precisa organizá-las. Precisa debatê-las. E, principalmente, precisa voltar a produzir ideias capazes de sobreviver ao ciclo de notícias, à próxima eleição e ao próximo adversário.

Talvez o verdadeiro desafio da direita brasileira não seja voltar a ser unida. Seja voltar a ser intelectualmente diversa, doutrinariamente consistente e politicamente capaz de transformar suas divergências em ideias — e não apenas em disputas personalistas.

Nesse momento é oportuno recordar Platão, escrito há mais de dois milênios. Na República, ao discutir quem deveria governar, o filósofo não se satisfaz com experiência, coragem ou capacidade de liderança: exige daqueles que receberão a responsabilidade pelo Estado uma longa formação intelectual, capaz de conduzi-los do mundo das aparências ao conhecimento. Para ele, governar sem esse preparo seria pouco diferente de entregar uma tarefa complexa a quem desconhece os fundamentos da própria atividade.

“A menos que os filósofos governem como reis nas cidades, ou que aqueles que hoje são chamados reis e dinastas professem a filosofia de modo autêntico e adequado, e que estas duas coisas — o poder político e a filosofia — coincidam no mesmo sujeito... não haverá descanso dos males para as cidades, nem, creio eu, para o gênero humano.”

Talvez tenhamos passado tempo demais escolhendo quem deve governar e tempo de menos perguntando se aqueles que pretendem fazê-lo estão intelectualmente preparados para a tarefa.

Leiam: [Você é de Direita ou de Esquerda?](#)

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoeccidania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidania](#)



[@revistaconhecimentocidania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



TENTAR ESCONDER A VERDADE
PODE FAZER COM QUE ELA ECOE MAIS ALTO.



A LUZ DA VERDADE NÃO PRECISA DE
PERMISSÃO PARA BRILHAR.